

Licitações

De: Regiane Alves <licitacao8.sp@somahospitalar.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 28 de abril de 2021 10:57
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Assunto: RES: DECISÃO SOBRE SOLICITAÇÃO - INDEFERIMENTO
Anexos: image002.png; PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO ANLODIPINO - CIOP.pdf

Sra. Geisiane, bom dia,

Segue pedido de reconsideração de reequilíbrio financeiro/cancelamento, referente ao item ANLODIPINO 5MG, PE 23/2020.

Por gentileza, analisar o anexo.

Favor acusar o recebimento deste.

gradeço e me coloco à disposição.

Atenciosamente,



Regiane Moreira
Auxiliar de Licitação

(11) 4122-9800
licitacao8.sp
licitacao8.sp@somahospitalar.com.br

Política da Qualidade

Comercializar produtos para saúde e medicamentos, satisfazendo as necessidades dos nossos clientes, através do comprometimento com a melhoria contínua da eficácia do sistema de gestão da qualidade e com o atendimento aos requisitos.



De: Licitações <licitacaocompra@ciop.sp.gov.br>

Enviada em: segunda-feira, 26 de abril de 2021 17:08

Para: licitacao.sp@somahospitalar.com.br; soma.sp@somahospitalar.com.br; vendas12.sp@somahospitalar.com.br

Assunto: DECISÃO SOBRE SOLICITAÇÃO - INDEFERIMENTO

Boa tarde,

Segue decisão para conhecimento.

Att.,

Geisiane Araújo

Setor de Compras, Licitações e Contratos

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP

Fone: (18)3223-1116

28/04/2021
Geisiane dos Santos Araújo
Técnico Administrativo
CIOP

São Bernardo do Campo, 27 de abril de 2021

**ILUSTRÍSSIMO(A) SR.(A) DIRETOR(A) SUPERINTENDENTE DA PREFEITURA DO CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 23/2020

SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.847.630/0001-10, sediada na Estrada Samuel Aizemberg, nº 1100, Alves Dias, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09.851-550, telefone: (11) 4122-9800, e-mail: licitacao.sp@somahospitalar.com.br, por intermédio de seu supervisor de licitação, subscrito ao final, vem, com o devido respeito, a presença de Vossa Senhoria, requerer:

**RECONSIDERAÇÃO DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO c/
PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE CANCELAMENTO**

do item ANLODIPINO 5MG BESILAPIN CP, com base na Lei nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7.892/2013 e na Constituição da República Federativa do Brasil, art. 37, inc. XXI, pelas razões de fato e de direito expostas a seguir.

BREVE RELATO

A empresa licitante participou do Processo na modalidade Pregão eletrônico nº 23/2020, sagrando-se vencedora do item Anlodipino, tendo assinado a Respectiva Ata de Registro de Preço.

Diante da elevação no custo de comercialização do medicamento, a Soma/SP solicitou

revisão do preço do item em apreço, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro contratual, eis que o preço originariamente cotado se tornou insuficiente para suprir os custos e insumos do contrato, causando onerosidade excessiva à empresa licitante.

Apesar dos fatos, tal requerimento foi indeferido, razão pela qual a Soma/SP requer a presente reconsideração.

DAS RAZÕES E DIREITO

Inicialmente, repisa-se que o direito ao reajustamento de preço tem amparo constitucional (art. 37, inc. XXI) e é devidamente regulamentado pelo artigo 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93, tendo por finalidade evitar o enriquecimento ilícito das partes, razão pela qual negá-lo seria distanciar a norma de seu fim, admitindo que a Soma/SP assumira os prejuízos decorrentes do desequilíbrio econômico. Ademais, a revisão dos preços é necessária neste momento delicado que exige solidariedade e bom senso para que os anseios públicos sejam atendidos em circunstâncias tão adversas.

Como sabido, a Soma/SP não tem ingerência na definição do preço de comercialização estabelecido pelo Laboratório fabricante do item Anlodipino, segundo os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência (arts. 1º, inc. IV, e 170, inc. IV, da CRFB), e qualquer alteração neste afeta diretamente a empresa licitante, impedindo o fiel cumprimento dos contratos assumidos.

Da análise das notas e documentos em anexo, verifica-se que houve aumento de 13,63% no custo de comercialização do medicamento, elevação muito superior à inflação no período, de apenas 6,09% demonstrando que ainda que a Soma/SP tenha adotado medidas para proteger suas operações dos riscos de possíveis variações mercadológicas, a elevação dos custos foi atípica e impossível de ser prevista, eis que extremamente superior à expectativa inflacionária no período.

Por certo, o distúrbio causador da desestabilização do mercado e aumento dos preços refere-se única e exclusivamente aos reflexos e impactos causados pela pandemia COVID19, que resultaram no aumento dos custos das matérias primas e insumos utilizados na produção de medicamentos, que são em sua maioria originários do continente asiático. Desta forma, indubitável que a elevação nos custos impactou diretamente o contrato junto

ao órgão de forma profunda a impossibilitar a sua manutenção sem que ocorra a revisão no valor pactuado.

Pelo exposto, é fato inegável que a elevação dos custos não se tratou de simples variação mercadológica e foge da normalidade, devendo ser considerada imprevisível, ou, no máximo, previsível de consequências incalculáveis, configurando álea econômica extraordinária.

No mais, no que tange à possibilidade de revisão do preço, visando o reequilíbrio econômico contratual, em uma interpretação conjunta dos artigos 17 e 19, I do Decreto Federal nº 7.892/2013, outra não pode ser a conclusão se não a de permitir haver negociação do preço registrado em ata diante de fatos que elevem os custos do item, como no caso em comento, ou ainda, a liberação do compromisso de fornecimento pela empresa licitante, sem que ocorra a aplicação de penalidade, na ocorrência de o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir com os compromissos.

Assim sendo, neste momento delicado que exige solidariedade e bom senso para que os anseios públicos sejam atendidos em circunstâncias tão adversas, e diante da evidência de desequilíbrio na equação entre despesas e receitas, outra não pode ser a conduta da Contratante se não a de revisar e atender o pleito, a fim de serem mantidas as condições efetivas da proposta e de que a Requerente tenha condições de dar continuidade ao fornecimento com base nos princípios do equilíbrio econômico financeiro, da boa-fé e segurança jurídica.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se

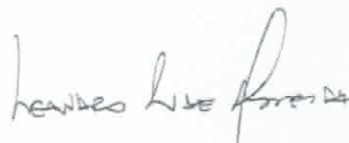
- a) Seja deferida a presente reconsideração, para que ocorra a revisão do contrato, implementado o reequilíbrio econômico financeiro, passando o preço anteriormente registrado do item ANLODIPINO 5MG BESILAPIN CP de R\$ 0,028 para R\$ 0,0318, conforme provas;

b) Subsidiariamente, caso assim não entenda, requer a liberação do compromisso, desobrigando a empresa do fornecimento do item, sem a aplicação de qualquer penalidade;

c) A suspensão de novas solicitações do produto Anlodipino enquanto não houver deliberação final a respeito do presente requerimento.

Nestes termos,

Pede Deferimento.



Leandro Rodrigues de Almeida

Supervisor de Licitação

RG nº 35.526.149 SSP/SP

27/04/2021

BCB - Calculadora do cidadão



Calculadora do cidadão

Início → Calculadora do cidadão → Correção de valores

39106
g

Acesso público
27/04/2021 - 14:25
[CALFW0302]

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)

Dados informados

Data inicial	04/2020
Data final	03/2021
Valor nominal	R\$ 1,00 (REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,06099330
Valor percentual correspondente	6,099330 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1,06 (REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).



Estrada Samuel Aizemberg, 1100 - Alves Dias - 09.851-550
São Bernardo do Campo - SP Fone/Fax: (11) 4122-9800
CNPJ 05.847.630/0001-10 Insc. Est.: 635.487.579.110
Insc. Estadual Sub. Tributário

ESPELHO DA DANFE

DANFE
Documento Auxiliar de
Nota Fiscal Eletrônica

1-Saida 2
2-Entrada
No. 391438
Série 1



Chave de Acesso
5221 0303 4855 7200 0104 5500 1000 3914 3813 3803 0899

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

Protocolo de autorização de uso

Atividade Operacional
Compra para comercialização

DESTINATÁRIO/REMITENTE

Razão Social
GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA

CNPJ / CPF
03.485.572/0001-04

Data Emissão
23/03/2021

Endereço
V. PRINCIPAL 1-B

SN QD 8-B LTS 01

Bairro Distrito
DAIA

CEP
75.132-085

Data Entrada/Saida

Município
ANAPOLIS

Fone/Fax

UF
GO

Inscrição Estadual
10323327-0

Hora de Entrada/Saida

FEITURA/ DUPLICATA

23/03/2021 R\$ 0,00	01/06/2021 R\$ 0,00	11/06/2021 R\$ 0,00	21/06/2021 R\$ 0,00	01/07/2021 R\$ 0,00					
------------------------	------------------------	------------------------	------------------------	------------------------	--	--	--	--	--

DADOS DO PEDIDO

Numero
266352

Empenho

Vendedor

DADOS BANCARIOS

CALCULO DO IMPOSTO

Base de Cálculo do ICMS R\$ 125.000,00	Valor do ICMS R\$ 15.000,00	Base de Cálculo do ICMS Substituição R\$ 0,00	Valor do ICMS Substituição R\$ 0,00	Valor Total dos Produtos R\$ 125.000,00
Valor do Frete R\$ 0,00	Valor do Seguro	Valor do Desconto R\$ 0,00	Outras Despesas Acessórias R\$ 0,00	Valor do IPI R\$ 0,00
				Valor após de Tributos R\$ 16.812,50
				Valor Total da Nota R\$ 125.000,00

TRANSPORTADOR VOLUMES TRANSPORTADOS

Razão Social
GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA

Frete por Conta
0-Remetente (CIF)

Código ANTT

Placa do Veículo

UF

CNPJ / CPF
03.485.572/0001-04

Endereço
V. PRINCIPAL 1-B

SN

Município
ANAPOLIS

UF
GO

Inscrição Estadual
10323327-0

Quantidade / Volumes
834

Especie

Marca

Numeração

Peso Bruto (Kg)
1.750,000

Peso Líquido (Kg)
1.750,000

Cubagem Total

ENDEREÇO DE ENTREGA

Endereço
V. PRINCIPAL 1-B

SN

Complemento
QD 8-B LTS 01 A

Bairro Distrito
DAIA

CEP
75.132-085

Município
ANAPOLIS

UF
GO

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

Ord.	Descrição dos Produtos / Serviços	NCM-88	CST	CFOP	Un.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	BC-ICMS	Valor ICMS	Valor IPI	IPI	ICMS
0178	ANLODIPINO 5MG BESILAPIN CP GEOLAB Lote: 2103368 31/03/2023 Fatur: 08/03/2021 Cod Fatur: 505803 Reg. MS: 1542302410043 Cod EAN13: SEM GTIN Trib. Acres: R\$ 2.192,42 Federal e 0,00 Estadual Fonte: IBPT	30049089	000	2102	CP	711,506	0,02500	17,787,50	17,787,50	2.114,50	0,00	0	(12,00)
0179	ANLODIPINO 5MG BESILAPIN CP GEOLAB Lote: 2103370 31/03/2023 Fatur: 08/03/2021 Cod Fatur: 505803 Reg. MS: 1542302410043 Cod EAN13: SEM GTIN Trib. Acres: R\$ 9.159,45 Federal e 0,00 Estadual Fonte: IBPT	30049089	000	2102	CP	2.724,000	0,02500	68.100,00	68.100,00	8.172,00	0,00	0	(12,00)
0178	ANLODIPINO 5MG BESILAPIN CP GEOLAB Lote: 2103354 31/03/2023 Fatur: 10/03/2021 Cod Fatur: 505803 Reg. MS: 1542302410043 Cod EAN13: SEM GTIN Trib. Acres: R\$ 5.260,63 Federal e 0,00 Estadual Fonte: IBPT	30049089	000	2102	CP	1.564,500	0,02500	39.112,50	39.112,50	4.603,30	0,00	0	(12,00)

99 (10) DE COMPRA N 263752

DADOS ADICIONAIS

Informações complementares

Reservado ao Fisco

ESPELHO DA DANFE

Página 1 de 1



Estrada Samuel Aizemberg, 1100 - Alves Dias - 09.551-550
 São Bernardo do Campo - SP Fone/Fax: (11) 4122-9800
 CNPJ: 05.847.630/0001-10 Insc. Est.: 035.487.579.110
 Insc. Estadual Sub. Tributário:

DANFE
 Documento Auxiliar de
 Nota Fiscal Eletrônica

1-Saída 2
 2-Entrada
 No. 345964
 Série 1



Chave de Acesso
 5220 0403 4855 7200 0104 5500 1000 3459 6412 6093 8161

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

Natureza Operação
 Compra para comercialização

Protocolo de autorização de uso

DESTINATÁRIO/REMETENTE

Razão Social
 GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA

CNPJ / CPF
 03.485.572/0001-04

Data Emissão
 23/04/2020

Endereço
 V PRINCIPAL 1-B

SN QD 8-B LTS 01

Bairro Distrito
 DAIA

CEP
 75.132-085

Data Entrada/Saída

Município
 ANAPOLIS

Fone/Fax

UF
 GO

Inscrição Estadual
 10323327-0

Hora de Entrada/Saída

FATURA DUPLICATA

22/06/2020 30.800,00	02/07/2020 30.800,00	12/07/2020 30.800,00	22/07/2020 30.800,00	01/08/2020 30.800,00					
-------------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------	--	--	--	--	--

DADOS DO PEDIDO

Numeração
 211982

Empenho

Valorador

DADOS BANCARIOS

CÁLCULO DO IMPOSTO

Base de Cálculo do ICMS	Valor do ICMS	Base de Cálculo do ICMS Substituição	Valor do ICMS Substituição	Valor Total dos Produtos		
154.000,00	18.480,00	0,00	0,00	154.000,00		
Valor de Frete	Valor do Seguro	Valor do Desconto	Outras Despesas Acessórias	Valor do IPI	Valor sobre Tributos	Valor Total da Nota
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	154.000,00

TRANSPORTADOR VOLUMES TRANSPORTADOS

Razão Social			Frete por Conta 0-Remetente (CIF)		Código ANTT	Placa do Veículo		UF	CNPJ / CPF 03.485.572/0001-04
Endereço V PRINCIPAL 1-B			Município ANAPOLIS				UF GO	Inscrição Estadual 10323327-0	
Quantidade / Volume 1 167	Especie	Marca	Numeração		Peso Bruto (Kg) 2 338,000		Peso Líquido (Kg) 2 338,000		Cubagem Total

ENDEREÇO DE ENTREGA

Endereço V PRINCIPAL 1-B	SN	Complemento QD 8-B LTS 01 A	Bairro Distrito DAIA	CEP 75.132-085
Município ANAPOLIS	UF GO			

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

Prod	Descrição dos Produtos / Serviços	NCM-SH	CST	CFOP	Uo	Qtdade	Vlr. Unitário	Vlr. Total	BC ICMS	Vlr. ICMS	Vlr. IPI	IPI	ICMS
1578	BESILAPIN 1MG CP (ANLODIPINO) GEOLAB Lote: 2004093 30/04/2022 Fabr: 01/04/2020 Cod Fabr: 505803 Rec MS: 1542302410043 Cod EAN13 SEM GTIN	30049069	000	2102	CP	1.584.000	0,02200	34.848,00	34.848,00	4.181,76	0,00	0	12,00
1579	BESILAPIN 1MG CP (ANLODIPINO) GEOLAB Lote: 2004095 11/03/2022 Fabr: 28/03/2020 Cod Fabr: 505803 Rec MS: 1542302410043 Cod EAN13 SEM GTIN	30049069	000	2102	CP	2.488.000	0,02200	59.136,00	59.136,00	7.096,32	0,00	0	12,00
1578	BESILAPIN 1MG CP (ANLODIPINO) GEOLAB Lote: 2004096 11/03/2022 Fabr: 28/03/2020 Cod Fabr: 505803 Rec MS: 1542302410043 Cod EAN13 SEM GTIN	30049069	000	2102	CP	2.728.000	0,02200	60.016,00	60.016,00	7.201,92	0,00	0	12,00

PRIMING DE COMPRA N 231 982

DADOS ADICIONAIS

Informações complementares

Reservado ao Fisco

MEMORANDO INTERNO N ° 79/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico - Financeiro – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2020

Interessado: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. ARP nº 84/2020

Encaminho para o Parecer Jurídico a solicitação da Detentora da ARP nº 84/2020, a empresa **SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, às fls. 3.901/3.908, referente ao pedido de reconsideração sobre o reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento do item 22 – ANLODIPINO 5MG BESILAPIN CP GEOLAB.

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 29 de abril de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 29 / 04 /2021

Setor Jurídico: Antônio Perballe



3910
✓
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: RECONSIDERAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 22 - ANLODIPINO 5MG E ALTERNATIVAMENTE A RESCISÃO DO ITEM

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação reconsideração do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 22 - ANLODIPINO 5MG, e alternativamente a rescisão do item, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, sob a justificativa da instabilidade no mercado ante a pandemia do COVID-19.

2. A solicitante realiza o pedido de realinhamento de preço do item 22 - ANLODIPINO 5MG, registrado na ata do Pregão Eletrônico nº 23/2020 de R\$ 0,028 para R\$ 0,0318 e juntou documentos em fls. 3.906/3.908(calculo do IPCA e notas fiscais).

3. Os documentos analisados são solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 22 - ANLODIPINO 5MG, recebido/protocolado em 29/04/2021, bem como os documentos de fls. 3.906/ 3.908(calculo do IPCA e notas fiscais).

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao reequilíbrio econômico-financeiro do item 22 - ANLODIPINO 5MG, e alternativamente o seu cancelamento sob a justificativa da instabilidade no mercado ante a pandemia do COVID-19.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA reitera a solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro do item 22 – ANLODIPINO 5MG que logrou vencedora do item na licitação em epígrafe, fundamentando sua exordial que houve um aumento do preço do medicamento em razão da pandemia do COVID-19 sendo este fortuito e inesperado.

8. Embasa o seu pedido com base na Constituição Federal, Lei de Licitações, assim como em Doutrina.

9. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 3.906/ 3.908(calculo do IPCA e notas fiscais).

10. Eis a síntese do acostado às fls. 3.901/3.908.

11. Repisa como fulcro de sua exordial o argumento de que a pandemia COVID-19 e os impactos desta na economia, ocasionaram um aumento de preço dos medicamentos em razão da alta do custo de sua aquisição sendo necessário a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado.

12. Para ser possível a recomposição dos valores ou o cancelamento do item registrado poderá ser realizada de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

13. No entanto, apesar da previsão legal e da aceitação doutrinária da possibilidade da alteração no preço registrado, não é esta a posição

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, órgão que fiscaliza diretamente esta Autarquia.

14. Está sendo sedimentado o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o reajuste do preço registrado em ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

15. Conforme o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Impende salientar, a esse respeito, a **inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços**. Nesse sentido, os TC'S 003590.989.17-4 e 006474.989.17-5[7], cujo trecho peço vênia para transcrever: "Por derradeiro, também **reputo indevida a previsão de realinhamento de valores no sistema de registro de preços**, a exemplo do precedente trazido pela Equipe Técnica da Unidade Regional de Marília, consubstanciado no TC000414.989.13-7, sob minha relatoria, cujo trecho de interesse peço vênia para reproduzir: 'De se lembrar conceito bem definido pelo Eminent Substituto de Conselheiro Samy Wurman e que resume apropriadamente o que penso: "cláusulas de **reequilíbrio da equação econômica inicial do contrato não são admissíveis no sistema do registro de preços, por não haver como se aplicar a teoria da imprevisão quando estamos a tratar de uma Ata de Registro de Preços, e tampouco cabe à Administração o dever de tutelar a manutenção do exato patamar de lucratividade relacionado a preços registrados em Ata**' (v.g. TC-002541/003/11). **Inadmissível, assim, variar o preço durante a vigência da Ata de Registro de Preços**". De fato, mostra-se **materialmente impossível aplicar a teoria da imprevisão ao sistema de registro de preços**, sendo facultada a realização de certame próprio subsequente, assegurado o direito de preferência ao detentor da respectiva ata, em igualdade de condições, conforme disposto no art. 15, §4º, da Lei de Licitações" (notas de rodapé suprimidas) – grifos originais. Processo n.º 1135-989-21, Conselheiro Antônio Roque Citadini, 24.03.2021. (Grifo e negrito nosso)

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

16. Conjugando o a jurisprudência acima colacionada, podemos concluir que em matéria de Ata de Registro de Preço a Administração fica proibida em realizar o reequilíbrio econômico-financeiro enquanto vigente e ata. Assim como para cancelar os itens é necessário demonstrar de modo acentuado fato do príncipe; fato da Administração; fato superveniente imprevisível; ou, fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

17. Portanto mantêm a posição do parecer já exarado não vislumbrando a possibilidade jurídica do realinhamento do preço e fundamento plausível para considerar cancelamento da SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço" vez que é entendimento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que não é dever da Administração manter a lucratividade da ata de registro de preço.

18. Trata-se de reiterações da solicitação sendo importante enfatizar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

19. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

20. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

21. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

22. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Pelo indeferimento do pedido de rescisão contratual do item em que a empresa SOMA/SP HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 07 de maio de 2021.


Dra. MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO
Diretora Jurídica

MEMORANDO INTERNO Nº 96/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico/Financeiro – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2020

Interessado: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. ARP nº 84/2020

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 3.910/3.916, que opinou pelo indeferimento referente ao pedido de reconsideração sobre o reequilíbrio econômico-financeiro/cancelamento do item 22 – ANLODIPINO 5MG BESILAPIN CP GEOLAB.

Presidente Prudente, 17 de maio de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Pedido de reconsideração reequilíbrio econômico/financeiro – Pregão Eletrônico – SRP – nº 23/2020

Interessado: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. ARP nº 84/2020

Trata-se de solicitação (fls.3.901/3.908) de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu a solicitação de reequilíbrio econômico financeiro e/ou cancelamento do item 22 – ANLODIPINO 5MG BESILAPIN CP GEOLAB, registrado na Ata de Registro de Preços nº 84/2020.

O Setor Jurídico às fls. 3.910/3.916, opinou por manter a posição do parecer exarado, não vislumbrando a possibilidade jurídica do realinhamento do preço assim como fundamento plausível para o cancelamento.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela **SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 05.847.630/0001-10**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 17 de maio de 2021



CARLOS AUGUSTO VRECHE
Diretor Executivo-CIOP



DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: solicitação reconsideração de reequilíbrio econômico financeiro ou rescisão contratual do item 22. ARP nº 84/2020. Pregão Eletrônico nº 23/2020. Interessada: **SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 05.847.630/0001-10.** Decisão: Delibero pelo NÃO ACOLHIMENTO do pedido de reequilíbrio econômico financeiro/cancelamento do item: 22 - ANLODIPINO 5MG BESILAPIN CP GEOLAB, conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo do CIOP. Pres. Prudente, 17 de maio de 2021.

